

DECRETO MUNICIPAL Nº 19.107 DE 18 DE ABRIL DE 2016

DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO DE USO DE ÁREAS DE PROPRIEDADE MUNICIPAL AO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO VILA AEROPORTO, A FIM DE ATENDER AS DISPOSIÇÕES DO PROJETO DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESTADUAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campinas, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º Fica permitido ao Governo do Estado de São Paulo o uso das áreas de propriedade da Municipalidade, localizadas na Quadra 45 do loteamento Vila Aeroporto - 3ª Gleba, Quarteirão 4.201 do Cadastro Municipal, a seguir descritas e caracterizadas:

I - Lote 14 com: 12,00m de frente, pelo alinhamento da Rua Cairi (antiga Rua 18); do lado direito, 29,00m, onde confronta com o Lote 15; do lado esquerdo, 29,00m, pelo alinhamento da Rua Jananayra (antiga Rua 34); e fundo, 12,00m, onde confronta com parte do Lote 13, encerrando a área de 348,00m²;

II - Lote 15 com: 12,00m de frente, pelo alinhamento da Rua Cairi; do lado direito, 29,00m, onde confronta com o Lote 16; do lado esquerdo, 29,00m, onde confronta com o Lote 14; e fundo, 12,00m, onde confronta com parte do Lote 13, encerrando a área de 348,00m²;

III - Lote 16 com: 12,00m de frente pelo alinhamento da Rua Cairi; do lado direito, 29,00m, onde confronta com o Lote 17; do lado esquerdo, 29,00m, onde confronta com o Lote 15; e fundo, 12,00m onde confronta com parte dos Lotes 13 e 19, encerrando a área de 348,00m².

Art. 2º As áreas descritas no art. 1º deste Decreto deverão ser utilizadas pelo permissionário exclusivamente para as obras do Centro de Saúde Jardim Aeroporto, na forma estabelecida no convênio firmado com o Governo do Estado de São Paulo para a execução do Projeto de Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde.

Art. 3º Fica vedado ao permissionário, a qualquer título, a cessão a terceiros do bem público ora permissionado ou o seu uso para fins diversos do estabelecido neste Decreto, assim como fazer uso para propaganda de qualquer espécie, notadamente de cunho político, religioso ou comercial.

Parágrafo único.

Qualquer outra destinação do referido bem público deverá ser objeto de autorização específica do permitente.

Art. 4º A presente permissão será outorgada pelo prazo de 5 (cinco) anos ou até a conclusão das obras objeto deste convênio, a contar da data de assinatura de termo de permissão de uso.

Art. 5º A presente permissão será outorgada a título precário e tem caráter intransferível.

Art. 6º A presente permissão de uso será formalizada mediante termo a ser lavrado pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Campinas, 18 de abril de 2016.

JONAS DONIZETTE
Prefeito Municipal

MÁRIO ORLANDO GALVES DE CARVALHO
Secretário de Assuntos Jurídicos

CARMINO ANTONIO DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

FERNANDO VAZ PUPO
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Redigido na Coordenadoria Setorial Técnico-Legislativa, da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, de acordo com os elementos constantes do protocolado nº 2013/10/44.415, em nome de Secretaria Municipal de Saúde, e publicado na Secretaria de Chefia de Gabinete do Prefeito.

MICHEL ABRÃO FERREIRA
Secretário - Chefe De Gabinete do Prefeito

RONALDO VIEIRA FERNANDES
Diretor do Departamento de Consultoria Geral